

Impaciente com a demora no acerto de contas entre os estados e a União, o governador Luiz Antônio Fleury Filho viu na imprecisão dos números apurados por Brasília motivos para denunciar a existência de uma perversa aliança entre os burocratas e os bancos, que são os grandes beneficiários da rolagem das dívidas mobiliárias do Tesouro Nacional e dos estados.

Dívida velha, cuja rolagem se eterniza, é sempre um bom negócio para o credor — desde que o devedor possa continuar pagando os juros que incidem sobre juros. Os bancos internacionais esticaram a corda do endividamento dos países em desenvolvimento entre a segunda metade dos anos 70 e início dos 80. Até que a corda do México arrebitou e mingou o que parecia uma fonte inesgotável de lucro fácil.

Entre dezembro de 1991 e 30 de junho último, São Paulo pagou US\$ 481 milhões em amortização do principal e outros US\$ 347 milhões a título de diferença de juros. Ainda assim, o seu endividamento em títulos aumentou quase US\$ 2 bilhões. Como devedor de US\$ 5,4 bilhões girados no mercado financeiro, São Paulo paga juros diários de US\$ 5 milhões aos bancos. O governador Fleury Filho tem, portanto, autoridade para falar em nome dos endividados em geral, que querem, mas não encontram, condições adequadas para poderem pagar a dívida.

A soma da dívida mobiliária com a bancária interna do setor público brasileiro supera os US\$ 90 bilhões. Seu giro diário proporciona lucros astronômicos ao sistema financeiro. Quanto

JORNAL DO BRASIL

maior a dívida, pior a condição do devedor, e disso os bancos tiram partido, exigindo juros maiores e mais *spreads* nos leilões do *open market*, ou cobrando taxas mais salgadas na renovação de *papagaios* e outros tipos de crédito.

É difícil provar a existência da cumplicidade entre a burocracia e o sistema bancário, mas há indícios claros de que ambos são sócios interessadíssimos na inflação: os burocratas, através da estabilidade do emprego; os banqueiros, mediante a instabilidade econômica, que é o motor da alta dos juros (e dos seus lucros). Embora contribua diretamente para a inflação, pelo desperdício, pela ineficiência e pelo excesso de pessoal, a burocracia dela tira partido, à custa da estabilidade de emprego: a inflação é bom pretexto de greve por aumentos salariais, sem risco de demissão, como ocorre no setor privado.

Para os bancos brasileiros, que se acostumaram ao lucro farto com a inflação, o saneamento das finanças públicas — a partir do encontro de contas preliminar entre a União e os estados e municípios, como propõe o ministro Fernando Henrique Cardoso — seria desastroso: depois de diminuir o montante da dívida rodada diariamente com altos *spreads*, o saneamento derrubaria a inflação e empurraria os juros reais para próximo de zero, como está ocorrendo no mercado internacional.

O inimigo número 1 da sociedade brasileira é a inflação, que não pode mais infelicitá-la a maioria para beneficiar um ou outro pequeno segmento que se recusa a colaborar para a sua derrubada.